

“Não há planeta B”: novos ativismos e o fazer político do Antropoceno

Mariana de Araujo Castro

Esta pesquisa propõe investigar como a sociedade civil brasileira se mobiliza em torno da emergência climática, que vem a ser o novo tempo geo-histórico marcado por transformações ecológicas extremas causadas pela ação humana e que podem ser evitadas ou mitigadas caso a humanidade refaça globalmente as relações entre economia e a natureza. Diante disso, dois fenômenos se destacam.

Por um lado, há o surgimento de novos sujeitos políticos e de novas formas de ativismos. Movimentos como Fridays For Future e o Extinction Rebellion surgem com o objetivo de pressionar os governos por políticas mais efetivas no combate às mudanças climáticas. Com destaque para o protagonismo juvenil, essas novas organizações se juntam a uma rede de entidades (sindicatos, movimentos camponeses, comunidades indígenas, quilombolas e caiçaras) que já atuam na temática em uma ampla articulação intitulada, no Brasil, de “Coalizão pelo Clima”.

Por outro, há o recrudescimento do negacionismo climático que relativiza ou rechaça o papel do ser humano na emergência climática e que reforça e é reforçado pela ascensão do neoliberalismo autoritário no Ocidente (BROWN, 2019). O governo de Jair Bolsonaro é a expressão brasileira deste fenômeno global.

Diante desse panorama, queremos entender como se constrói o fazer político em torno das mudanças climáticas no Brasil a partir de duas questões orientadoras. Primeiro, o debate teórico sobre o Antropoceno, ou seja, a era onde o ser humano torna-se uma força geológica. Em segundo lugar, a dimensão política da sociedade civil organizada, que reage aos impasses institucionais internacionais e ao crescimento do fenômeno político do negacionismo climático. Nosso marco temporal é a Greve Global pelo Clima, ocorrida em 2019 e organizada pelos já citados Fridays For Future e o Extinction Rebellion.